

## A CÁRITAS

### 11 – TRABALHO, ECONOMIA E SOCIEDADE

**P.** *Boa tarde. A Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco está mais uma vez connosco para, através do Elicídio Bilé, estabelecer mais uma comunicação com os nossos ouvintes sobre problemas da actualidade.*

*Sabemos das dificuldades em compatibilizar diversos vectores da nossa vida colectiva, como é o caso da economia e do emprego. Por isso começo por perguntar ao Elicídio Bilé:*

*- Como compatibilizar em Portugal - Trabalho, Economia e Organização Social?*

**R.** Boa tarde. Não sendo fácil responder a essa questão, vou tentar fazê-lo sem recorrer aos aspectos técnicos do problema, mas centrando-me nos aspectos que o cidadão comum vê e vive no seu dia a dia.

Neste tempo de contradições que estamos a viver, cada português tenta encontrar formas de se alienar dos problemas para não cair em desespero.

Uns agarram-se ao futebol – à vitória de Porto campeão da Liga de futebol, à vitória do Sporting vencedor da Taça de Portugal, às novas contratações para o próximo campeonato que se avizinha. Outros às novelas, outros ainda à música – temos aí os festivais de verão e os grandes nomes da música ligeira portuguesa e mundial. A seguir vêm as férias com a praia para alguns (os que têm possibilidade) e os bancos de jardim para os outros (os do costume: do subsídio de desemprego; do rendimento mínimo; dos salários em atraso; das pensões de reforma de 250 €, dos ordenados equivalentes ao salário mínimo nacional).

Na verdade parece não haver outra forma para ultrapassar o cinzento e o negro da nossa vida colectiva.

Valha-nos, ao menos, o futebol o folclore e as telenovelas, para não olharmos para a nossa realidade. Os governantes agradecem estes eventos e até investem neles o dinheiro que temos, e até o que não temos, para andarmos todos distraídos.

Mas a verdade é que assim não é possível construir uma sociedade justa e fraterna que alguns proclamam e outros reclamam, mas que todos nós desejamos, efectivamente.

Por isso aqui deixo o meu desabafo e o meu contributo.

***P. E, em seu entender, o que poderá ser feito?***

**R.** Para mim, para que a construção desse tipo de sociedade seja possível, a “pedra de toque” terá de ser a procura da Paz e da Justiça com base na utilização de todas as capacidades humanas, alicerçada numa nova noção do trabalho humano.

De facto estamos habituados a que só o trabalho remunerado é a única forma de trabalho, ao contrário de outros países da Europa que consideram, para além deste, também todo o trabalho que actualmente passa por invisível, como sejam as tarefas domésticas, o cuidado dos idosos e dos dependentes, a solidariedade com as outras famílias, o voluntariado, o empenhamento cívico e outras formas de serviço.

O reconhecimento deste trabalho não assalariado está ligado ao modelo de sociedade em que queremos viver, o que implica ultrapassar os preconceitos estabelecidos, como forma de promoção da nossa “auto estima”.

Para que isso aconteça, é necessário que seja assumida uma mudança de mentalidade na nossa sociedade, face a esta nova perspectiva de trabalho humano.

**P.** *Com base nas experiências de outros países, como atingir em Portugal esse objectivo?*

**R.** Quanto a mim, há dois modelos possíveis:

- a) O reconhecimento deste trabalho invisível para a carreira contributiva da Segurança Social;
- b) A quantificação deste trabalho para efeito de benefícios fiscais.

Na realidade, constatamos que em Portugal existem hoje disfunções no mercado de trabalho remunerado, tais como: o desemprego, a precariedade e a exclusão social que importa resolver, e cuja solução não passa exclusivamente pelo Estado, nem por simples alteração legislativa dos normativos legais vigentes, como está a acontecer no nosso país – temos um novo código do trabalho por cada governo eleito de cor diferente.

**P.** *Com o desemprego a crescer em Portugal não estão, por esse motivo, a aumentar os níveis de exclusão social?*

**R.** Repare. No “Fórum pela Paz” realizado no centro de congressos da FIL, em Lisboa, em Novembro de 2004, subordinado ao tema – “Globalizar a Paz, Construir um Mundo Justo” – apontavam-se 5 caminhos para resolver as questões que atrás refiro, relacionadas com o desemprego, a precariedade do emprego e a exclusão social:

- 1.º - O primado da responsabilidade pública – isto é – o Estado não se pode abster das suas funções na procura de soluções, porque não

cabe ao mercado resolver estes problemas, quando é o próprio mercado que está na origem de muitos deles.

2.º - A centralidade dos direitos dos cidadãos deve ser o elemento estruturante das políticas a encetar para a resolução destes problemas, sem perder de vista a importância do rigor e da equidade na distribuição dos recursos colectivos.

3.º - As empresas têm que ser responsabilizadas socialmente, não podendo transferir sistematicamente essa responsabilidade para o Estado e para a sociedade.

4.º - A necessidade de promover e concretizar o planeamento com a participação das comunidades locais e das regiões, e não só nos gabinetes do Terreiro do Paço, como chave de resolução das disfunções existentes no mercado de trabalho.

5.º - O esforço para valorizar certas profissões que actualmente surgem desqualificadas, dando-lhes importância social e económica.

Estes 5 pontos são uma possível resposta para ajudar a solucionar uma grande parte dos problemas.

É verdade que Portugal tem especificidades próprias, e, no contexto das nações, sofremos pelos nossos problemas específicos, agravados também, pelos problemas que são comuns aos outros países.

Em termos mundiais estamos num momento de uma encruzilhada histórica que se pode traduzir de duas formas distintas:

- Por um lado, o aprofundamento do modelo criado pelas sociedades industriais que levam ao extremo a lógica economicista em detrimento da valorização das pessoas e das famílias como fim último do desenvolvimento;

- Por outro, a necessidade de uma profunda mudança, tendo em vista os grandes desafios com que nos deparamos:

O desafio da Competitividade, o desafio da Solidariedade, o desafio da Sustentabilidade e da Diversidade Cultural, para além de uma nova forma de governação assente na integração de todos os cidadãos, uma vez que o que está a ser feito é uma governação assente em análises parciais.

Também a existência de novas práticas ligadas com experiências de desenvolvimento local, de economia social, economia de proximidade, cultural e ambiental – cujos resultados podem produzir ensinamentos ao nível global – para além de novas práticas ao nível da responsabilidade social das empresas, poderão ser outra via para combater as disfunções existentes no mercado, como atrás refiro.

Em face dos problemas que levanto e das sugestões que aqui deixo, sabemos que o panorama em Portugal não é dos melhores, e que:

**1** - O problema do desemprego não se combate com a precariedade do emprego em que vive uma grande percentagem dos trabalhadores no nosso país;

**2** – O desemprego não se combate com o encerramento de empresas, muitas vezes através de falências discutíveis, e com a simples atribuição de subsídios de desemprego aos trabalhadores, e que agora é restringido por alteração legislativa, como sabemos;

**3** - Não se combate o desemprego desresponsabilizando as empresas pela deslocalização dos equipamentos e dos capitais para outros países depois de terem sido largamente beneficiadas com privilégios fiscais e outros a que muitas empresas portuguesas dificilmente têm acesso.

***P. Então estamos perante uma fatalidade?***

**R.** Eu, recuso-me a ser fatalista face aos acontecimentos e à História e não aceito que seja o mercado o único elemento regulador válido da produção de bens e de serviços e, também, das relações económicas, assim como não aceito que o pensamento económico neo-liberal seja a única forma de progresso.

Eu acredito no homem, como tenho aqui referido várias vezes, pois a humanidade no seu conjunto já alcançou níveis de conhecimento e de produção de bens materiais que permitem erradicar a pobreza em todas as suas expressões, mesmo nas mais severas, como a fome, a morte prematura e a iliteracia.

Agora é preciso querer e saber utilizar esse conhecimento.

A erradicação da pobreza é, portanto, em meu entender, o fundamento para a construção de uma paz justa e duradoura.

Sobre isto, a Comissão Nacional Justiça e Paz tomou a iniciativa de proceder a uma recolha de assinaturas com o objectivo de apresentar uma petição à Assembleia da República.

Não resisto à tentação de ler essa petição, para que, desta forma possa contribuir para a sua divulgação e, simultaneamente, demonstrar a validade dos meus argumentos.

Diz o seguinte:

**“Os signatários entendem que a pobreza constitui uma grave negação dos direitos humanos fundamentais e das condições necessárias ao exercício da cidadania, situação que reputam eticamente condenável, politicamente inaceitável e cientificamente injustificável.**

Considerando que:

A pobreza e a exclusão têm causas estruturais e, por isso, não se resolvem apenas com sobras ou gestos de generosidade esporádica;

- A pobreza é um problema que reclama apoio para ocorrer às carências, mas, cujas causas só podem ser removidas modificando os factores económicos, sociais e culturais que geram e perpetuam a pobreza;
- O mundo em que vivemos é um mundo de abundância e desperdício e que nunca, como hoje, foi tão possível erradicar a pobreza;
- O nível de rendimento já alcançado no nosso País permitiria eliminar a pobreza que afecta cerca de um quinto da população residente em Portugal.

Os signatários solicitam à Assembleia da República que:

- Reconheça a pobreza como uma violação grave de direitos humanos;
- Estabeleça um limiar oficial de pobreza, em função do nível de rendimento nacional e das condições de vida padrão da nossa sociedade, que sirva de referência obrigatória à definição e à avaliação das políticas públicas de erradicação da pobreza bem como à fixação de prestações sociais;
- Crie um mecanismo parlamentar de observação e acompanhamento das políticas públicas, seus objectivos e instrumentos, no que respeita aos seus impactos sobre a pobreza, e que o mesmo esteja

habilitado ao exercício de uma advocacia colectiva em favor dos pobres;

- Proceda, anualmente, a uma avaliação da situação de pobreza no nosso País e do progresso feito na sua erradicação.

Este é o teor da petição que a Comissão Nacional Justiça e Paz vai entregar à Assembleia da República no início do mês de Outubro. Até lá, está a proceder-se à recolha de assinaturas. Por isso aproveito a oportunidade para informar que, quem quiser participar, poderá dirigir-se à sede da Cáritas Diocesana na Rua 15 de Maio, junto à fábrica “Robinson” e assinar esta petição.

*P. Quando hoje se fala tanto de economia, e todos os partidos políticos reafirmam a necessidade de se apostar seriamente nas políticas sociais, o que falta para que não sejam, praticamente, só as organizações civis a lutarem pela causa da erradicação da pobreza?*

**R.** Bem, os Estados apresentam com regularidade planos elaborados de combate à Pobreza e à exclusão social, como acontece no caso português com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão – PNAI 2006-2008.

Este é um instrumento de trabalho muito importante que envolve diversas parcerias. Contudo é preciso ir mais longe, como atrás refiro, e a petição da Comissão Nacional Justiça e Paz demonstra.

Eu diria que é necessário fazer uma aposta forte no desenvolvimento de políticas solidárias activas, enquanto políticas de desenvolvimento económico e social, isto é, é preciso potenciar as virtualidades da

“Economia Solidária” enquanto instrumento promotor de pontes entre o capital e o trabalho, entre o dinheiro e os homens.

A “Economia Solidária” tem-se mostrado um importante instrumento de combate à pobreza e geradora de inclusão social, possibilitando ao Estado, se enveredar por potenciá-la, constituí-la como política transversal no País. Esta é uma nova realidade no mundo do trabalho que contribui, de forma significativa, para o aparecimento de novos sujeitos sociais e para a construção de novos espaços institucionais.

**P.** *Sei que o tempo é curto para uma conversa tão importante, mas o nosso tempo é limitado e temos de terminar por hoje. Por isso peço-lhe um último comentário.*

**R.** De facto o tempo é curto e muito havia par dizer, mas não é nossa intenção esgotar um tema desta natureza, até porque não teria capacidade para o fazer. Como sempre limito-me a partilhar a minha reflexão, a minha experiência e algum estudo.

Para terminar direi que formulo votos para que o país desperte, para que não viva do pessimismo doentio a que nos habituamos nos últimos anos, mas também para que não adormeça nos sonhos alienantes em que nos refugiamos para fugir à realidade.

Faço votos, igualmente, para que, governo e oposição, consigam complementar-se na procura de soluções para os reais problemas que mais nos afligem. Neste campo, como noutros, parece-me que estamos a necessitar de uma nova geração de políticos, com ideias arejadas, com sentido de tolerância, e com um sentido de democracia mais amadurecida.

Este é o meu contributo.

Muito boa tarde.

**P.** *Desta forma terminamos mais uma conversa com Elicídio Bilé – Presidente da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco, a quem agradeço o tempo que disponibiliza para levarmos por diante um programa desta natureza.*

Portalegre, 18 de Julho de 2007

Elicídio Bilé